

Assembléias estão avaliando proposta de PLR conquistada pela FUP

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás estão avaliando nas assembléias a nova proposta de quitação da PLR 2009, conquistada dia 22, no processo de negociação conduzido pela FUP. Nas bases do Sindipetro-AM, a proposta está sendo aprovada por unanimidade. No Sindipetro Unificado do Estado de São Paulo, os trabalhadores também estão aprovando a proposta de PLR na Recap, Edisp, terminais e outras unidades onde as assembléias foram iniciadas. O calendário segue ao longo da semana.



Negociação garantiu aumento de 12,43% no piso

Desde que a Petrobrás apresentou no dia 19 de maio a sua primeira proposta para quitação da PLR 2009, a FUP reagiu à tentativa da empresa de querer reduzir os valores dos trabalhadores com salários mais baixos. A pressão da Federação, cobrando uma nova proposta, além de forçar a Petrobrás negociar uma proposta que era tratada pela empresa como definitiva, garantiu um aumento de 12,43% no piso.

Cerca de 40 mil petroleiros serão beneficiados pela nova proposta, dos quais 21.943 garantirão integralmente o aumento de 12,43% no piso. Esses trabalhadores receberão os mesmos valores conquistados na PLR 2008, após uma greve de cinco dias, em março do ano passado. Uma mobilização que

Pressão da FUP forçou Petrobrás negociar e ampliar proposta

também influenciou na negociação da PLR 2009, cuja conjuntura se mostrava desfavorável ao trabalhador diante da queda de 24% do lucro da Petrobrás, em relação ao exercício de 2008, e do aumento

de dois mil trabalhadores no efetivo da empresa. Ao forçar a Petrobrás a negociar, a FUP arrancou uma proposta de PLR mais justa, contemplando os trabalhadores com salários mais baixos.

Assembléias também referendarão pauta econômica

Além de se posicionarem sobre a nova proposta de PLR conquistada pela FUP, os trabalhadores também irão referendar nas assembléias a pauta de reivindicações econômicas, aprovada na II Plenafup, que será apresentada à Petrobrás e suas subsidiárias. A campanha reivindicatória tratará apenas das cláusulas econômicas, através de um aditivo ao Acordo Coletivo, cujas cláusulas sociais têm validade até setembro de 2011. A proposta da FUP é de

apresentar a pauta à Petrobrás no dia 12 de julho e de realizar a primeira rodada de negociação no dia 20. Antes disto, a Federação quer se reunir com a Gerência de RH no dia 07 de julho, para cobrar e discutir a implementação dos compromissos assumidos pela empresa na carta de encaminhamento do atual Acordo Coletivo.

Acesse no portal da FUP a pauta de reivindicações aprovada na II Plenafup: www.fup.org.br/downloads/pauta_fup_2010.pdf.

Seminário debate soberania e legislação do petróleo na era do pré-sal

Em seminário realizado quarta-feira, 23, em São Paulo, a FUP voltou a reafirmar que o monopólio estatal é o melhor caminho para garantir a soberania energética do Brasil e transformar o pré-sal em um bem social. Realizado pela MGiora Comunicação e pela Petrobrás, com apoio da FUP, o seminário “Pré-sal e a nova lei do petróleo – desafios e possibilidades” contou com a participação de trabalhadores, estudantes, movimentos sociais e representantes dos sindicatos de petroleiros.

O debate foi mediado pelo jornalista Luiz Nassif e teve como palestrantes o coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, o economista e técnico da subseção FUP do Dieese, Henrique Jaguer, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, o doutor em sociologia e professor universitário, Frederico Lisboa Romão, e o jornalista Igor Fuser, autor do livro “Petróleo e Poder: o envolvimento dos Estados Unidos no Golfo Pérsico”. Transmitido ao vivo pela internet, o seminário debateu questões como soberania, geopolítica, sustentabilidade ambiental, modelos de legislação, distribuição de royalties, desenvolvimento econômico e social, condições de trabalho e segurança, entre outros temas estratégicos ligados ao petróleo.

Os representantes da FUP ressaltaram a importância das propostas construídas em con-



junto com os movimentos sociais e que foram apresentadas no Congresso Nacional como projetos de lei para garantir o controle estatal e social do petróleo, através da Petrobrás 100% pública. “Precisamos pensar e usar o petróleo de forma diferente, com sustentabilidade ambiental e econômica, para que daqui a alguns anos, essa matriz energética não se esgote”, destacou o coordenador da FUP, João Moraes, referindo-se não só ao pré-sal e sim a todas as reservas de petróleo e gás do país. Ele frisou que o principal desafio do Brasil é transformar o petróleo em bem social para que este recurso estratégico seja utilizado a favor do povo brasileiro e não para enriquecer ainda mais as

empresas do setor.

O seminário “Pré-sal e a nova lei do petróleo – desafios e possibilidades” foi o segundo evento realizado com apoio da FUP, visando ampliar a discussão na sociedade sobre legislação do setor petróleo e soberania nacional na exploração e produção do pré-sal. O primeiro debate aconteceu em dezembro de 2008, também em São Paulo. Outros três seminários estão previstos para este ano e deverão ser realizados nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, sempre envolvendo nos debates representantes dos trabalhadores, especialistas, técnicos do governo e acadêmicos.

Congresso da CNQ começa dia 28, em Pernambuco

A Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ-CUT) realiza de 28 de junho a 2 de julho, em Recife (PE), o seu VI Congresso Nacional. A FUP e seus sindicatos estarão presentes, com observadores e delegados eleitos nas bases. A escolha de Pernambuco para sediar o Congresso foi feita em função da forte tendência de crescimento e expansão do setor químico e petroquímico no estado, principalmente na região do Complexo Industrial Portuário de Suape. Um dos principais temas que serão debatidos pelos trabalhadores será o impacto do pré-sal no ramo químico, assim como o fortalecimento das redes de trabalhadores e a organização da juventude. O VI Congresso Nacional da CNQ será realizado no Dorisol Recife Grand Hotel.

Petrobrás fecha os olhos para calotes das terceirizadas

Enquanto a Petrobrás cozinha em banho-maria a implementação de um fundo para garantir o pagamento das verbas rescisórias dos terceirizados, as prestadoras de serviço seguem lesando os trabalhadores, que já sofrem diariamente os riscos de atuarem em condições de trabalho precárias e inseguras. A FUP e os sindicatos têm denunciado à Petrobrás os calotes praticados por empresas que já são figurinhas carimbadas na arte de enganar os trabalhadores e desrespeitar a legislação trabalhista.

A história é a mesma: homologações atrasadas há mais de 60 dias, falta de pagamento do FGTS, atrasos de salários, descumprimentos de benefícios, abandono de contratos, entre tantas outras irregularidades. É o que tem acontecido em Santa Catarina, com a empresa WGS; no Espírito Santo, com a Drillfor, Sotep, Prest, BCH e Proen; no Rio Grande do Norte, com a Norserv, Eletroredes, ABTN, PIE, Prest e Sotep; e em vários outros estados onde a

Petrobrás atua e assiste a tudo sem nada fazer para impedir esses absurdos.

Fundo garantidor ainda está no papel

Uma das conquistas da campanha reivindicatória do ano passado foi o compromisso da Petrobrás em criar um fundo para garantir o pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados. No entanto, até hoje esta conquista não foi implementada pela empresa e será novamente cobrada pela FUP na reunião preliminar da campanha salarial deste ano. O fundo é um instrumento fundamental para evitar o descumprimento de direitos trabalhistas e os frequentes calotes aplicados pelas contratadas. Na primeira reunião deste ano da Comissão de Terceirização (ocorrida no dia 22/03), a FUP anunciou que só volta a participar da comissão se a empresa apresentar ações concretas para implementação do fundo.

Edição 945 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763 Projeto gráfico e diagramação: Cláudio Camillo MTB 20478 Estagiária de jornalismo: Carol Cavassa Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Divanilton, Estér, Leopoldino, Machado, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Sinval e Ubiraney